



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 273/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Aníbelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 7.132, de 4 de maio de 1979, de
concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.132, de 4 de maio de 1979, passa a vigorar com
a seguinte redação:



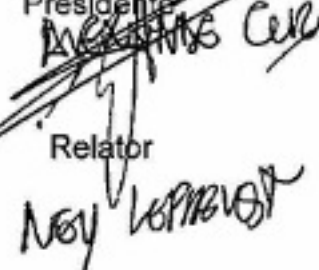
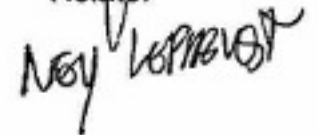

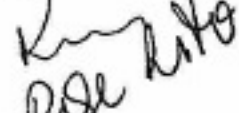
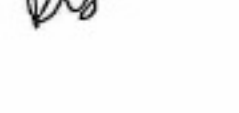
"Concessão de Título de Utilidade
Pública à Associação Sagrado
Coração do Verbo Encarnado,
com sede e foro no Município de
Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação
Sagrado Coração do Verbo Encarnado, com sede e foro no
Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.



Presidente

Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 274/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e
Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 7.310, de 26 de maio de 1980, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 7.310, de 26 de maio de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:




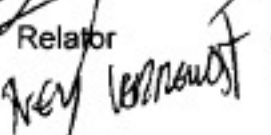

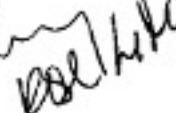
"Concessão de Título de Utilidade Pública à Fundação Logosófica – Em Prol da Superação Humana, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Fundação Logosófica – Em Prol da Superação Humana, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.



Presidente

Relator






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 275/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 11.447, de 20 de junho de 1996, de
concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 11.447, de 20 de junho de 1996, passa a vigorar
com a seguinte redação:

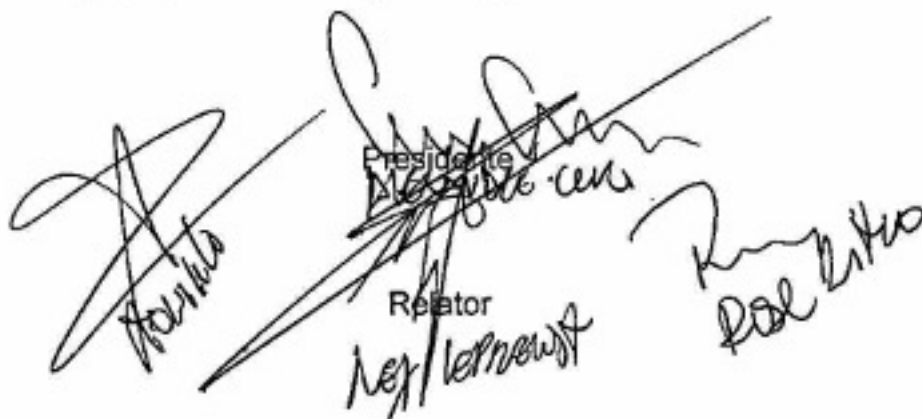
"Concessão de Título de
Utilidade Pública à Associação
Missionária de Beneficência,
com sede e foro no Município de
Ponta Grossa.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação
Missionária de Beneficência, com sede e foro no Município de
Ponta Grossa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 277/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e
Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 10.641, de 14 de dezembro
de 1993, de concessão de Título de Utilidade
Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.641, de 14 de dezembro de 1993, passa a
vigorar com a seguinte redação:

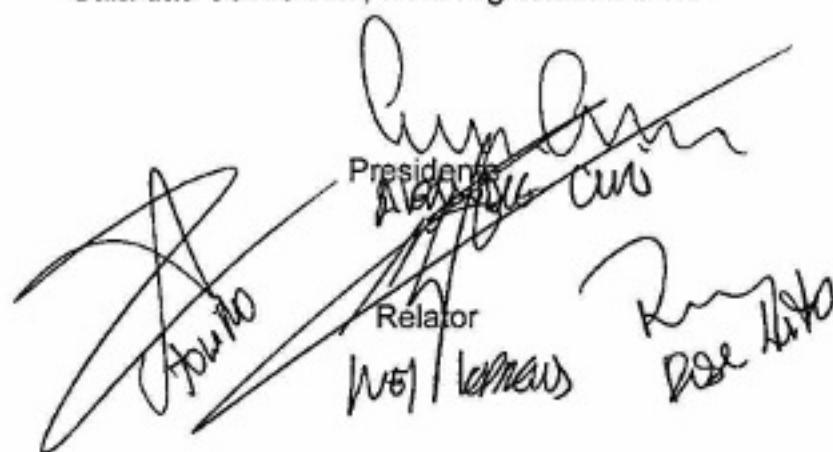
"Concessão de Título de Utilidade
Pública à Associação de Assistência
Social O Bom Samaritano de Guaíra,
com sede e foro no Município de
Guaíra.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de
Assistência Social O Bom Samaritano de Guaíra, com sede e foro
no Município de Guaíra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.


Presidente
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 278/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 10.609, de 13 de dezembro
de 1993, de concessão de Título de Utilidade
Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.609, de 13 de dezembro de 1993, passa a
vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à
Associação Centro Comunitário de São
Sebastião da Amoreira, com sede no
Município de São Sebastião da Amoreira e
foro no Município de Assaí."

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Centro
Comunitário de São Sebastião da Amoreira, com sede no
Município de São Sebastião da Amoreira e foro no Município de
Assaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.

Presidenta
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 279/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e
Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 10.580, de 13 de dezembro de 1993, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.580, de 13 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública ao Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais, com sede e foro no Município de Palmeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2014.

Presidente

Alcides Cruz

Relator

André Bueno

Ruy Lito

Abílio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 30 JUN. 2014

marco
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 313/2014

Altera a Lei nº 11.165, de 4 de setembro de 1995, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 11.165, de 4 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Saúde, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2014.

[Assinatura]
Pedro Lupion
Deputado Estadual

[Assinatura]
Caio Quintana
Deputado Estadual

[Assinatura]
Tadeu Veneri
Deputado Estadual

[Assinatura]
Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

[Assinatura]
Tercilio Tirini
Deputado Estadual

[Assinatura]
André Bueno
Deputado Estadual

[Assinatura]
Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública.

A Lei nº 11.165, de 4 de setembro de 1995, concedeu o Título de Utilidade Pública à Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde – FHISA, com sede e foro no Município de Cianorte. Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Fundação Hospitalar de Saúde, com sede e foro no Município de Cianorte.

Assim, pelo motivo acima exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 313/2014

Projeto de Lei nº. 313/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Altera a Lei nº 11.165, de 4 de setembro de 1995, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 11.165/1995 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "FUNDAÇÃO HOSPITALAR INTERMUNICIPAL DE SAÚDE- FHISA" PARA "FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 11.165/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde- FHISA, com sede e foro no Município de Cianorte.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde- FHISA" para "Fundação Hospitalar de Saúde".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
156







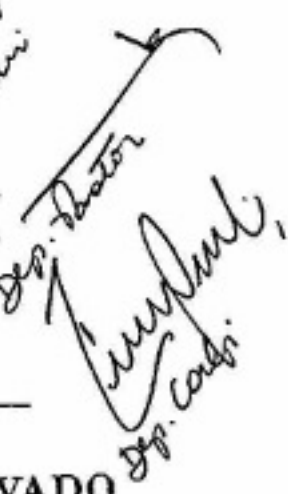
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 13 de julho de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR








Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

15.07.14



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 152/14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 1.1.AGO, 2014
1º Secretário

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de abril de 2014.

ART.1º.- Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de abril de 2014.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 15 de julho de 2014.

DEPUTADO DULCIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator

11-460-2014 14143 68-4094 1/1

IMP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

A prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados relacionadas ao exercício de seus mandatos foi regulamentada pela Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações previstas pela Resolução nº 3, 13 de abril de 2009.

Formalizou-se a prestação de contas, apreciada e aprovada pelo Plenário desta Casa, em atendimento à Constituição Federal e à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 4ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 049/2014/CTC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de abril de 2014, previstas na Resolução nº. 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o Parecer Favorável.

Assim sendo, entende esta Relatoria pela aprovação da presente Proposição, transformando-a em Projeto de Resolução.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 15 de julho de 2014

DEPUTADO BULLIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator

Dep. Aníbal Kfury
Dep. Peres

Dep. Francisco Assis

Dep. Aníbal Kfury
Dep. Alexandre